

Avaliação psicológica: possibilidades e desafios atuais

Psychological assessment: current challenges and possibilities

Luís Vicente Caixeta

Graduando em Psicologia no UNIPAM, bacharel em Filosofia, especialista em Gestão de Pessoas e Empresarial. luisvicentepav@yahoo.com.br
E-mail: luisvicentepav@yahoo.com.br

Ivone Imaculada Conceição Silva

Docente do curso de Psicologia do UNIPAM, psicóloga especialista em Psicologia Educacional e Organizacional, professora orientadora.
E-mail: ivone@unipam.edu.br

Resumo: O presente artigo visa refletir sobre a realidade brasileira da avaliação psicológica como área de saber e agir dos psicólogos. Para isto, aprofunda a base teórica conceitual da avaliação psicológica e sua relação com os testes psicológicos. Não obstante, evidencia os avanços dessa área, pontuando os fundamentos e os entraves; os métodos e as técnicas; o todo e as partes, tanto consoantes ao campo científico como à atuação dos profissionais. Nesse sentido, observa-se a base antropológica e ética que envolve avaliador e avaliado, assim como o compromisso ético-político da psicologia e dos psicólogos são enfatizados. Ainda mais, discute-se a formação dos profissionais e questões da prática, considerando algumas sugestões, a partir da literatura e experiências, dada a sociedade contemporânea. Dessa maneira, olha-se, positivamente, para o ser humano biopsicossocial e aprecia essa área do saber e agir como possibilidade ímpar de cuidar dos processos (inter)subjetivos com excelência.

Palavras-chave: Ser humano. Avaliação psicológica. Testes psicológicos. Ética.

Abstract: This article aims to reflect about the Brazilian reality of psychological evaluation as an area of knowledge and action of psychologists. To this end, the conceptual theoretical basis of psychological evaluation and its relation to psychological tests is deepened. However, it highlights the advancements of this area, pointing out the foundations and the obstacles; the methods and techniques; the whole and its parts. In this sense, the anthropologic and ethic basis which involves the evaluator and the assessed person, as well as ethical-political commitment of psychology and psychologists are emphasized. In addition, it is discussed the education of the professionals and practical issues, considering some suggestions, from literature and experiences, given the contemporary society. This way, it is looked, positively, to the biopsychosocial human being, and appreciated this area of knowledge and action as an unique possibility of taking care of (inter)subjective processes with excellence.

Keywords: Human being. Psychological evaluation. Psychological testing. Ethics.

1 INTRODUÇÃO

A Avaliação Psicológica é uma função privativa do Psicólogo, como determina a Lei nº 4.119 de 27/08/62 (alínea “a”, do parágrafo 1º do artigo 13).

De uma forma geral,

a avaliação psicológica é entendida como processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação a respeito de fenômenos psicológicos que são resultantes da relação indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas, métodos, técnicas e instrumentos. (ESTRELA, 2006, [s.p])

O objetivo deste artigo é possibilitar compreender as facetas do conceito da avaliação psicológica e sua prática, embasada em uma visão epistemológica, considerando sua fundamentação teórica e as nuances de sua metodologia nas diferentes áreas da Psicologia. A prática da Avaliação Psicológica tem sido considerada um desafio no exercício profissional, uma vez que há equívocos entre alguns procedimentos, devido, entre outras razões, à falta de clareza no significado da avaliação psicológica, muitas vezes, confundindo-se o processo com o instrumento utilizado.

A falta de clareza conceitual tem implicação no desenvolvimento da área enquanto conhecimento e práticas. Sabe-se, pela filosofia da linguagem, que a verbalização oral ou escrita implica uma forma de pensar e agir. Ou seja, a língua é reveladora de uma linguagem latente. Assim, as problemáticas que seguem podem ter sua gênese pela pseudobase na compreensão da totalidade do que vem a ser avaliar psicologicamente. Este movimento pode perpassar os cursos de graduação, o desenvolvimento de pesquisa, as literaturas. Pretendemos chamar atenção para essas questões e apontar algumas possibilidades, pois de forma alguma se almeja solucionar problemas amplos e complexos como os que seguem. Afinal, a avaliação psicológica é uma área em desenvolvimento com seriedade científica.

Infelizmente, a avaliação psicológica é tida, ainda, por alguns profissionais e estudantes de psicologia, como sinônimo de testes psicológicos. Trata-se de um reducionismo conceitual. Os testes são de grande valia, mas são meios, um deles, pois existem outros. Por outro lado, existe uma tendência ao tecnicismo em que se sobrepõe a normatização às vezes ao valor ético, e em outros casos, enfatiza-se a profissão sem, ao mesmo tempo, desenvolver a base epistemológica. De fato, teoria científica, técnicas, instrumentos, métodos, ética devem corroborar de forma integrada – não fragmentada! – para o desenvolvimento qualificado da área. Afinal, não se faz psicologia sem avaliação psicológica. É uma prática em todas as áreas da psicologia e está presente em seus diferentes contextos, respeitando as especificidades de cada área e de cada caso. Por fim, é imprescindível considerar a profissão numa visão sócio-histórica, cuja noção de homem e de mundo implique a evolução cultural com real necessidade de favorecer aos direitos humanos. E neste viés também se enquadram os testes psicológicos.

Outro problema envolvido é composto pelo uso dos testes psicológicos. Historicamente, existe a problemática da importação e tradução dos testes; o uso

indiscriminado; a falta de padronização brasileira; a variação de critérios; a forma de uso por parte de profissionais; entre outras dificuldades. Contudo, o que verificamos é um avanço rápido da qualificação e atenção a esses aspectos. É considerável o investimento em pesquisas; a normatização a partir do Conselho Federal de Psicologia; a melhoria da formação dos futuros profissionais. Apesar disso, existem críticas, às vezes, sem fundamento, o que revela uma concepção preconceituosa e postura discriminatória, a começar por alguns profissionais da área, generalizando essa área do saber e prática em psicologia, em vez de considerar posição singular quanto aos meios.

Buscamos elucidar o conceito de Avaliação Psicológica por notar divergências e equívocos; elencar os diversos instrumentos utilizados no processo da Avaliação Psicológica pelo engano de cambiar meios e fins; ressaltar a importância e as contribuições da avaliação psicológica para a psicologia enquanto ciência e profissão por julgar de grande valia a integração teórico-prática; promover uma reflexão sobre as implicações éticas envolvidas no processo da avaliação psicológica, dado o trabalho do psicólogo com (inter)subjetividades, numa visão de ser humano e sociedade que requer pensamento crítico e compromisso sócio-político.

Todo e qualquer resultado de uma avaliação psicológica interfere no processo decisório do profissional, que diz respeito ao sujeito humano. Estas decisões trazem em si possibilidades diversas, assim como limitações e impedimentos para o sujeito avaliado. A psicologia como uma ciência que abrange as esferas biopsicossociais busca este compromisso em sua atuação e em todas as etapas da vida humana. A avaliação psicológica como processo realizado com qualidade [diga-se: competência!] contribui para qualidade de vida e bem estar de indivíduos, grupos e organizações. Dessa maneira, no âmbito da ciência do psiquismo, uma boa avaliação psicológica significa colaboração – pelo diagnóstico, prognóstico, intervenção - para o desenvolvimento de cidadãos justos como maneira de um futuro de gerações saudáveis mentalmente.

2 VISÕES CONCEITUAIS: O PROCESSO E OS INSTRUMENTOS

A literatura sobre a conceituação de “avaliação psicológica” e “testes psicológicos” é rica em suas definições. Conceituar significa identificar algo, o que revela a gênese do pensamento em evolução sobre tal. A forma como concebemos algo ressoa direta na maneira de agir. Assim, o “ser” da avaliação e testagem psicológicas implica o “fazer”, o “agir” particular da atuação de psicólogos e vice-versa. Mais que uma causalidade questionável, trata-se de uma dialética. Ou seja, ater-se à definição é mais que uma exigência teórica; repercute no exercício profissional e denota a cientificidade. Ambos alicerçados no compromisso ético, na lógica da humanização e não no crivo da objetivação, uma das marcas da sociedade pós-moderna.

Ainda falta clareza quando se relaciona avaliação psicológica com os testes psicológicos. Ambos têm sua importância e lugar próprios. Todavia, não há sinonímia. Vários autores convergem na afirmação de que restringir a avaliação psicológica ao uso apenas de testes pode significar tecnicismo na aplicação e na lógica estatística subjacente. (SIMÕES; ALMEIDA; GONÇALVES, 1999; CRUZ, 2002; NORONHA; ALCHIERI, 2002; PASQUALI, 1999; CHIODI; WESCHSLER, 2008).

A avaliação psicológica é um processo técnico-científico de coleta de dados e interpretações, com pessoas ou grupos de pessoas, por meio de informações obtidas em questionários, métodos, instrumentos psicológicos, entrevistas, entre outros (NORONHA; ALCHIERI, 2002; PRIMI; FLORES-MENDONZA; CASTILHO, 1998; WECHSLER, 1999). Enquanto a Avaliação Psicológica refere-se a um processo amplo; a testagem psicológica deve ser considerada como uma das etapas da avaliação, por meio da utilização de testes psicológicos de diferentes tipos (PELLINI; LEMI, 2011). Para Pasquali e Alchieri (2001), eles são um procedimento sistemático para observar um comportamento e descrevê-lo com a ajuda de escalas numéricas.

Fica claro que avaliar está para processar, assim como testar está para instrumentalizar. Temos uma relação entre todo e parte numa visão *gestáltica*. Lembra-se: o todo é maior que a soma das partes! Esta clareza é imprescindível no discurso formativo e na atuação profissional. Ainda mais, a Resolução 02/2003 do Conselho Federal de Psicologia reafirma o caráter instrumental dos testes, com características positivistas.

Art. 1º - Os Testes Psicológicos são instrumentos de avaliação ou mensuração de características psicológicas, constituindo-se um método ou uma técnica de uso privativo do psicólogo, em decorrência do que dispõe o § 1º do Art. 13 da Lei nº 4.119/62.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no *caput* deste artigo, os testes psicológicos são procedimentos sistemáticos de observação e registro de amostras de comportamentos e respostas de indivíduos com o objetivo de descrever e/ou mensurar características e processos psicológicos, compreendidos tradicionalmente nas áreas emoção/afeto, cognição/inteligência, motivação, personalidade, psicomotricidade, atenção, memória, percepção, dentre outras, nas suas mais diversas formas de expressão, segundo padrões definidos pela construção dos instrumentos.

À pessoa do profissional, cabe exercício de poder em interface com os domínios do saber. O discurso sobre a concepção de homem e de mundo, bem como a leitura metodológica, especialmente quantitativa e/ou qualitativa, atrelados à abordagem com método e técnicas que se segue como linha de trabalho são notórios no campo científico-profissional da psicologia. Contudo, oxalá que a diversidade encontre unidade no viés do ser humano em avaliação em vez do conflito solipsista. A profissão e ciência psicológica requerem unidade pelo diálogo dos diferentes, o que ocasiona crescimento e aperfeiçoamento. De outro modo, podemos cair no reducionismo, tecnicismo, determinismo, autoritarismo, entre outros. Isto é: posições denunciadoras do individualismo, cuja fenomenologia traz em si o excesso, sinal de mal estar. Psicologias e psicólogos – para englobar as diferenças e os diferentes – realizam avaliação psicológica necessariamente. Já o uso de testes, nem todos, nem sempre, não em todos os casos são usados. Não obstante, já salientava Hutz (2009), são recursos auxiliares que corroboram para decisões assertivas que inevitavelmente compete ao psicólogo no seu compromisso responsável com o outro que se revela como sofrimento dito queixa, seja num contexto individual, grupal ou organizacional.

A avaliação psicológica é geralmente entendida como uma área aplicada, técnica, de produção de instrumentos para o psicólogo, visão certamente simplista da área. A avaliação psicológica não é simplesmente uma área técnica produtora de ferramentas profissionais, mas sim a área da psicologia responsável pela operacionalização das teorias psicológicas em eventos observáveis. Com isso, ela fomenta a observação sistemática de eventos psicológicos, abrindo os caminhos para a integração teoria e prática. Ela permite que as teorias possam ser testadas, eventualmente aprimoradas, contribuindo para a evolução do conhecimento na psicologia. Portanto, a avaliação na psicologia é uma área fundamental de integração entre a ciência e a profissão. Disso decorre que o avanço da avaliação psicológica não é um avanço simplesmente da instrumentação, mas sobretudo das teorias explicativas do funcionamento psicológico. (PRIMI, 2003, p. 68)

De grande importância é o desenvolvimento do conhecimento. Por vezes, infelizmente, a atuação profissional tem sobreposto à ciência psicológica. No universo científico, a psicologia muito tem a desenvolver como conhecimento sobre o psiquismo humano. Isto também em resposta aos males da modernidade “líquida”(BAUMAN, 2001)]ou sociedade hipermoderna, do “sempre mais”, segundo Lipovetsky e Charles (2004). O rigor científico é base para o reconhecimento e expansão da psicologia. Entretanto, destacamos a importância da base teórica filosófica para essa nova ciência. E, por outro lado, que a mesma compõe área da saúde. Felizmente, vemos um avanço no desenvolvimento crítico advindo das ciências sociais e seu método qualitativo, o que implica ganho para o conhecimento da (inter) subjetividade humana. E não por isso, torna-se menos importante o uso dos testes psicológicos, como também o seu desenvolvimento no rigor próprio do método científico quantitativo. Como dizia Santos (2002), “à medida que as ciências naturais se aproximam das ciências sociais estas aproximam-se das humanidades”.

[...] a avaliação psicológica, especialmente aquela parte que se dedica ao desenvolvimento de instrumentos, é uma área nuclear da psicologia e de sua edificação enquanto ciência. Em primeiro lugar porque envolve a objetivação dos conceitos teóricos em elementos observáveis. Em segundo lugar porque requer aplicação de método científico baseado no conhecimento sobre quais delineamentos (levantamento, correlacional, quasi-experimental e experimental) são mais adequados ao conhecimento que se deseja ter. Em terceiro lugar porque envolve também o uso de modelagem matemática na representação dos processos psicológicos, abordagem que vem gradativamente substituindo o modelo clássico de análise de dados baseado somente no teste de significância da hipótese nula (Rodgers, 2010). E, por último, porque seus produtos (instrumentos de medida) são peças necessárias ao desenvolvimento do conhecimento científico dentro da psicologia. Por esses motivos, ao se tratar do tema avaliação, sua história e seu desenvolvimento, não se está falando de um assunto restrito a uma determinada área, mas sim dos fundamentos mais gerais da psicologia. (PRIMI, 2010, p. 26)

A dimensão técnica presente no processo avaliação, e sobretudo, constituinte dos testes, não equivale à totalidade da avaliação psicológica. Este é outro equívoco, por vezes constatado. Todavia, assistimos à crescente preocupação do desenvolvimento da psicologia, também no aspecto avaliativo, do compromisso social e político. Num contexto de sociedade do consumismo, hedonismo e individualismo desenfreados, somente com essa atenção alicerçada num pensamento formativo crítico, que se qualifica uma área como saber e fazer humanos e humanizantes.

Sass (2000) considera equivocada a visão de que avaliação psicológica seja só geradora de um produto. Além do aspecto teórico, a dimensão técnica desemboca no aspecto político, pois avaliar pessoas e tomar decisões incide, diretamente, sobre a ação ético-política. Pellini; Leme (2011) concordam com essa visão e acrescentam: o profissional da psicologia somente pode atuar de forma crítica e ética.

Além do dito, nenhuma prática ou atenção teórica é mais importante em psicologia que a primazia do cuidado humano, seja ele intra ou interpessoal, pessoa física ou jurídica. Em toda e qualquer forma de avaliação, o foco principal está na relação que se estabelece, porque quem oferta e quem busca o serviço de psicologia têm a implicação do diálogo, do encontro, do afeto, enfim, da produção de ser gente. Dessa forma, é crucial a atenção à economia da subjetividade, belissimamente imprevisível!

Seria um reducionismo tomar a avaliação como resultante apenas da interação entre características do sujeito (visão parcial do sujeito) e características técnicas dos procedimentos (visão parcial da técnica). Esse reducionismo indica a exclusão de outros fatores advindos da complexidade da tarefa, da relação do sujeito com o avaliador, da história e do contexto de vida do sujeito, da relação entre o sujeito e o contexto da avaliação (para quê, para quem), entre tantas outras influências possíveis. (TAVARES, 2012, p. 322)

A avaliação psicológica, abrangentemente, é resultante de três critérios ou aspectos interdependentes, a saber: a medida, o instrumento e o processo de avaliação. Cada um deles possui uma representação teórica e metodológica, já dizia Alchieri; Cruz(2003).O mesmo autor dimensiona o processo de avaliação psicológica em: observação, inquirição e medida. Dimensão observacional tem foco na ação; conteúdo, comportamental. Dimensão inquiridora tem foco por meio de entrevista e conteúdo na relação entre avaliador e avaliado. Dimensão representativa tem foco no comportamento; conteúdo, ação representada.

Por fim, o processo avaliativo requer clareza metodológica, isto é, ter clareza do caminho para se percorrer segundo finalidade pré-compreendida. Pela avaliação, busca-se ater à problemática em vista ao cuidado existencial por uma condição de flexibilidade, adaptação, reestruturação, conhecimento do que pulsa conflitante, desadaptado na ordem da produção de sentido de vida. E ainda, gera aperfeiçoamento da ciência psicológica.

Clareza teórico-prática no âmbito da avaliação psicológica e uso assertivo dos testes psicológicos são indispensáveis para considerar o *dasein*(ser-aí), cuja interrelação

revela o *sorge* (cuidado), segundo o filósofo Heidegger. Avaliar contém julgamento. Todavia, juízo da (des)construção entre humanos aberta em liberdade comprometida. Responsabilidade para o uso benéfico do resultado, que é imperativo ético ao bom exercício profissional. Por outro lado, as lacunas do saber, das competências e habilidades de avaliar, mau uso dos resultados obtidos, por exemplo, deflagram erros profissionais, falta ética e mina a classe profissional.

3 VISÃO ÉTICA: O UNIVERSAL E OS PARTICULARES

No campo ético, salienta-se o referencial do Código de Ética Profissional, além de outras diretrizes normativas, criteriosas e fiscalizadoras. Entretanto, não se confunda ética com princípios morais. A ética é universal e implica no respeito à dignidade humana e seus direitos fundamentais. Já a moral delinea, relativo às diversas culturas, as leis que regem o comportamento ético. Se não houver base de formação implicada numa ética do bem (dos valores de base), facilmente relativizamos aquela em favor desta: a deontologia. A filosofia política ensina que o aumento de legislação revela a fraqueza da ética. A avaliação psicológica incorre neste risco e implica esse desafio.

É importante observar que princípios éticos são gerais e representam ideais a serem atingidos. Não são artigos de um código de ética que devem ser obedecidos ao pé da letra, mas ideias norteadoras de ações, atitudes e comportamentos na prática profissional. (HUTZ, 2009, p. 298)

Salientamos que, nessa época de relativismo, infelizmente discursos falaciosos e das lacunas que dão margem à interpretação da legislação acabam sendo suficientes para justificar atitudes antiéticas. Sabemos que a formação ética é compromisso da sociedade, cujas instituições como escola, igreja, família têm papel fundamental. Assim sendo, o caráter ético-profissional conta com a base formativa social no seio da cultura vigente. Isto é, as gerações de profissionais, coletivo e individualmente, compõem-se de valores éticos apreendidos pela força da educação e tradição. Além disso, trata-se de formação mais subjetiva. A pessoa do psicólogo, por si e pela profissão, deve ter evidência do bem e do mal, e mesmo assim, passa por dilemas de ordem moral. E nesse caso, conta com o apoio dos Conselhos de Psicologia. Em ocasião das decisões geradas pelo processo de avaliação psicológica, quanto maior a compreensão do alcance dos resultados e suas limitações, melhor a assimilação dos princípios éticos.

O ideal, e devemos realmente caminhar nessa direção, seria que o psicólogo que usa avaliação psicológica para declarar pessoas aptas ou inaptas, passíveis ou não de promoção, ou para outras finalidades classificatórias, saiba qual o grau de erro envolvido em seus procedimentos e, com base nessa informação, possa estimar benefícios e prejuízos. (ibidem, p. 306)

De fato, a ética profissional envolve considerar o maior benefício e o não malefício, o respeito a pessoa, além do exercício justo, cujo processo colabora para um avaliando mais autônomo. Para tanto, é imprescindível observar duas referências de

um comportamento ético que é a consciência – tanto o profissional como o cliente devem estar cientes do que realizam, como, para quê – e a liberdade, pois estamos, dizia o filósofo Sartre, em condição de escolher e responsabilizar pelo escolhido.

A base ética do bom profissional em psicologia perpassa o estabelecimento da confiança. De tal modo, o sigilo profissional é caro e deve ser zelado, de forma oral e documentada, sem margem às exceções da relativização de cunho eufemístico. Em todas as etapas de uma avaliação psicológica, em todos os contextos, deve o psicólogo informar com clareza e esclarecer as dúvidas do avaliando com ênfase no respeito ao outro. Respeito e confiança que são gerados no âmbito antropológico, isto é, pela linguagem. O avaliador deve atentar-se à clareza e nível cognitivo e educacional do avaliando, para realizar uma avaliação positiva e qualificada do *rapport* à devolutiva.

Em diferentes finalidades – como diagnosticar problemas, descrever situações, realizar intervenções, planejar tratamento – a avaliação, mesmo se a demanda não é diretamente do indivíduo a exemplo de exames psicotécnicos, seleção de pessoal, casos judiciais, deve favorecer quem é submetido. Do contrário, por ética e moral não se poderia avaliar usando das diversas ferramentas conforme o caso.

Em relação aos princípios referenciais de cunho ético-moral, o Conselho Federal de Psicologia (2010) especifica:

O princípio da autonomia refere-se ao respeito à liberdade de escolha que as pessoas possuem em relação a sua própria vida e a sua intimidade. Nesse sentido, há limites que o profissional precisará considerar no processo de tratamento das pessoas que procuram seus serviços. Esses serviços, ancorados no princípio da beneficência, devem ter como objetivo o bem-estar e interesse dos usuários. O princípio da não maleficência está fundamentado na imagem do médico, que perdurou ao longo da história e que está fundada na tradição hipocrática: usarei o tratamento para o bem dos enfermos, segundo minha capacidade de juízo, mas nunca para fazer o mal e a injustiça; no que diz respeito às doenças, criar o hábito de duas coisas: socorrer ou, ao menos, não causar danos (Marcolino; Cohen, 2008). O princípio da justiça exige equidade na distribuição de bens e benefícios, no que se refere ao exercício de todos os serviços de saúde. Desse modo, todas as pessoas, indistintamente, devem ter acesso aos bens aos quais têm direito. (p. 59-60)

É um desafio orientar e fiscalizar, ética e moralmente, uma classe profissional. Esta função compete aos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, além da classe de psicólogos e da sociedade no geral. Como realizar a orientação e fiscalização?

Segundo Thomas Oakland, existem quatro modos pelos quais um sistema de orientação e fiscalização pode abordar as questões éticas e promover competências: enfatizando virtudes, princípios, diretrizes ou padrões. A ênfase em virtudes ou valores, como ser respeitoso para com as pessoas, embora desejável, é de foro íntimo e não pode ser fiscalizada. Princípios envolvem regras aspiracionais amplas de conduta, como, por exemplo, ouvir com empatia, ser acolhedor. Assim como as virtudes, os princípios também não podem ser acompanhados ou regulados. Diretrizes envolvem boas

práticas reconhecidas ou recomendadas que deveriam orientar (dirigir) as ações em um campo profissional...as diretrizes orientam, mas não permitem uma ação fiscalizadora. Padrões (*standards*) delineiam comportamentos *requeridos* que definem o que é esperado em determinadas situações de modo a permitir ações de orientação e fiscalização. Padrões induzem comportamentos por funcionarem como marcos definidos contra os quais podemos avaliar uma atuação profissional específica e, portanto, podem ser aplicados de modo a conduzir toda uma classe profissional. Padrões permitem a ação de instâncias reguladoras, como as intervenções da justiça ou as dos conselhos regionais e do Conselho Federal de Psicologia". (id., p. 37-38)

Não obstante, além da atenção pessoal por parte do psicólogo aos valores éticos, o Código de Ética Profissional (2005) orienta os profissionais, de acordo com um padrão. Chamamos atenção aos princípios fundamentais do exercício profissional:

- I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.
- IV. O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.
- V. O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.
- VI. O psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.
- VII. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código. (p. 7)

Observamos particular atenção do CFP aos valores humanos, aos objetivos de atuação profissional, ao compromisso social, à atenta formação pessoal, ao acesso à informação, ao respeito à profissão e às relações de poder.

Além disso, salientamos, de acordo com as orientações da APA (*American Psychological Association*), os seis padrões éticos básicos num processo de avaliação psicológica segundo Wechsler (2001), que são:

- 1) Competência (manter os mais altos padrões de excelência técnica e científica atualizada);

- 2) Integridade (comportamentos honestos, justos e respeitosos e conhecimento de seu sistema de valores e sua influência na sua prática profissional);
- 3) Responsabilidade científica e profissional (atender com técnicas específicas as necessidades de diferentes tipos de clientela e colaborar com instituições e outros profissionais);
- 4) Respeito pela dignidade e direitos das pessoas (reconhecimento do direito de privacidade, confidencialidade, autodeterminação e autonomia dos indivíduos atendidos, direito à recusa do tratamento e direitos decorrentes das diferenças individuais resultantes da idade, sexo, raça, religião, orientação sexual, nível sócioeconômico, etc);
- 5) Preocupação com o bem-estar do outro (minimizar riscos e conflitos e estar sensível para a relação de poder no atendimento de modo a evitar o engano ou exploração da pessoa atendida);
- 6) Responsabilidade social (divulgação dos conhecimentos psicológicos para reduzir o sofrimento e contribuir para a melhoria da humanidade).

Portanto, a responsabilidade legal do psicólogo de realizar um processo avaliativo inclui valores advindos do encontro humano. Diante do outro, face-a-face, pelo encontro via linguagem, há uma existência de resposta. No caso da psicologia, deparamo-nos com situações que implicam decisões que afetam a vida do outro. Lembremo-nos que somos seres humanos também com qualidades e limitações próprias de uma existência aberta em construção. Respeito, cuidado, autonomia, justiça são valores de base de caráter universal. O “como” concretizá-los na atuação em diferentes contextos e casos compromete-nos ao conhecimento continuado, a seguir as determinações de classe, à experiência compartilhada, ao caminho da supervisão, ao crescimento e maturação de si, inacabado e incompleto. Neste caso, de um ser psicólogo a serviço do outro consciente de si, o risco de corromper a profissão por um poder onipotente e, logo, opressor fica reduzido. E, positivamente, a chance de avaliar como benefício ao humano que se revela torna-se uma via dupla de crescimento belo!

4 VISÕES SOBRE TESTES: DO APTO AO USO

No Brasil, a testagem psicológica tem perpassado por várias etapas e evoluído em qualidade. De fato, uma crítica histórica se refere ao uso indiscriminado, descontextualizado, conclusivo. Ou ainda, por profissionais com lacunas formativas. Felizmente, vemos avanço significativo no aperfeiçoamento tanto da produção científica como no uso assertivo dos testes no Brasil.

Se bem usados, quando necessários, os testes psicológicos representam ganhos significativos (como auxílio instrumental) à atuação consistente dos profissionais no enquadramento da avaliação psicológica. Neste sentido, a ênfase na função dos testes

[...] é fornecer respostas rápidas, e por vezes muito profundas, em curto espaço de tempo, além de diminuir certas incongruências advindas de pontos de vistas diferentes entre vários profissionais. As indicações fornecidas pelos testes psicológicos também contribuem com maior segurança para responder às demandas da avaliação, aumentando a

credibilidade das conclusões em situações em que esta poderia ser questionada, principalmente quando se trata de situações periciais, ou seja, toda e qualquer situação em que a avaliação é feita geralmente de modo compulsório e atendendo a interesses de terceiros ou sociais (WERLANG; VILLEMOR-AMARAL; NASCIMENTO, 2010, p. 94-95).

O percurso histórico da testagem psicológica no Brasil passou por momentos distintos. Pasquali e Alchieri (2001) destacaram que o desenvolvimento da testagem e da avaliação psicológica no Brasil passou por cinco fases, tendo início na primeira metade do século XIX. Tais períodos são: produção médico-científica acadêmica (1836-1930); estabelecimento e difusão da psicologia no ensino nas universidades (1930-1962); criação dos cursos de graduação em psicologia (1962-1970); implantação dos cursos de pós-graduação (1970-1987); e emergência dos laboratórios de pesquisa, de 1987 em diante.

Notamos que, na história da testagem, há mudanças e avanços significativos: de uma visão de poder/saber centralizador e autoritário, para uma posição relacional, social, aberta; de um caminho de cientificismo contínuo dos testes dentro do âmbito crescente universitário; de um consumo de testes importados para uma trilha de adaptação à realidade brasileira, e de desenvolvimento dos mesmos por psicólogos pesquisadores brasileiros; de institucionalização desse segmento entendido como padronização, referencial de pesquisa, difusão do conhecimento, controle de qualidade. Esta visão mínima histórica leva-nos a uma visão ponderada, no sentido de que os testes em vigor e seu uso, atualmente, corroboram positivamente para o exercício do psicólogo e favorece a evolução da ciência psicologia com finalidade à saúde psíquica do ser humano, sempre complexo.

Ainda sobre o percurso histórico, destacamos a fundação do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), em 1998, por parte de psicólogos pesquisadores que tinham em comum o fato de conduzirem estudos relacionados à construção, à adaptação e à validação de testes psicológicos no Brasil. Desde seu surgimento, o IBAP tem promovido ações em prol da melhoria de qualidade dos testes e da avaliação psicológica no Brasil por meio da publicação de uma revista científica (*Revista Avaliação Psicológica*), como também a promoção de congressos e eventos que fomentam a produção científica e a reunião de profissionais em torno do tema (GOMES, 2003; HUTZ; BANDEIRA, 2003; AMBIEL; PACANARO, 2011).

A Resolução 02/2003 do Conselho Federal de Psicologia define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização dos testes psicológicos. Critérios mínimos foram instituídos para considerar um teste apto ao uso profissional. Critérios referentes à fundamentação teórica, validade e precisão, sistema de correção e interpretação, além do Manual técnico. Este reúne as informações sobre o teste e compõe o material publicado.

Os principais requisitos na composição de um instrumento psicológico como um teste são:

apresentação da fundamentação teórica do instrumento, com especial ênfase na definição do construto; apresentação de evidências empíricas de validade

e precisão das interpretações propostas para os escores do teste, justificando os procedimentos específicos adotados na investigação; apresentação de dados empíricos sobre as propriedades psicométricas dos itens do instrumento; informações sobre os procedimentos de correção e interpretação dos resultados, comunicando detalhadamente o procedimento e o sistema de interpretação no que se refere às normas brasileiras, relatando as características da amostra de padronização de maneira clara e exaustiva, preferencialmente comparando com estimativas nacionais, o que possibilita o julgamento do nível de representatividade do grupo de referência usado para a transformação dos escores; apresentação clara dos procedimentos de aplicação e correção, bem como das condições nas quais o teste deve ser aplicado, para que haja a garantia da uniformidade dos procedimentos envolvidos na sua aplicação. (CFP 02/2003)

Sobre a validade e precisão de um teste psicológico, salientamos que a primeira “refere-se àquilo que um teste mede e quão bem ele faz isso”. (ANASTASI; URBINA, 2000). Segundo Pasquali (2001), “um dos tipos de validade é o critério, referindo-se ao grau de eficácia de um teste em prever o desempenho relevante de um sujeito”. (PRIMI; BAUMGARTL, 2005, p. 15). Quanto à segunda, Pasquali (1997) diz que “a precisão de um teste diz respeito à característica que ele deve possuir, de medir com o máximo de objetividade”.

Além da rigorosa padronização, foi implantado, em 2003, o Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (SATEPSI) com a preocupação de certificar os instrumentos de avaliação psicológica para uso profissional. O SATEPSI “avalia e qualifica os instrumentos psicológicos como aptos (pareceres favoráveis) ou inaptos (pareceres desfavoráveis) para uso”. (PACANARO *et. al.*, 2011, p.34)

Apesar do rigor quanto à aprovação de um teste psicológico, o bom e correto uso implica formação qualificada do profissional. Neste sentido, as críticas quanto à consistência dos testes dão lugar à forma de uso, seja escolha, aplicação do teste, ou ainda, o manuseio dos resultados. Dois aspectos são de grande relevância: a contextualização e a autonomia.

De acordo com o primeiro, Alves, Alchieri e Marques (2001) relatam uma crítica atual atribuída aos testes psicológicos, a qual se refere à função de rotular o examinando durante o processo de avaliação. Diante disso, ressaltam Pacanaro *et. at.* (2011) que o uso dos testes como ferramentas integrantes do processo de avaliação psicológica e que nunca devem ser utilizados de forma isolada, bem como o fato de que os resultados oriundos da testagem são comparados a normas criadas para aquela população e contexto específicos.

Já no tocante ao zelo ético, como demonstra Arias Beatón (2001 *apud* ALCHIERI, 2007), os resultados dos testes psicológicos podem ser abalizados com o sujeito e, dessa forma, construir um conhecimento que o ajude a construir recursos para encontrar soluções adequadas para os problemas. Deve-se usar o resultado dos testes para ampliar a autonomia do sujeito, superando relações autoritárias que colocam o especialista como o detentor do saber e do poder.

Além dos cuidados já mencionados, merece atenção do profissional no uso desse instrumento de avaliação psicológica de acordo com Peline e Leme (2011):

realizar a avaliação psicológica em condições ambientais adequadas, de modo a assegurar a qualidade e o sigilo das informações obtidas; guardar os documentos produzidos decorrentes de avaliação psicológica em arquivos seguros e de acesso controlado; proteger a integridade dos instrumentos, não os comercializando, publicando ou ensinando àqueles que não são psicólogos.

Insistimos ainda sobre a documentação, que a mesma desde ser guardada, por psicólogo e/ou instituição por, no mínimo, cinco anos com o devido cuidado sigiloso.

Foco especial requer, no uso de testes psicológicos, a entrevista devolutiva, direito do avaliando e dever do avaliador. Conforme a Resolução do CFP 01/2002, que regulamenta a avaliação psicológica em concursos públicos e em processos seletivos da mesma natureza, a devolutiva é direito de todo candidato sujeito a processos de avaliação psicológica.

O Código de Ética Profissional (2005) enfatiza a questão. O psicólogo deve 'informar a quem de direito os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário, para a tomada de decisões, que afetam o usuário ou beneficiário' e 'orientar a quem de direito sobre os encaminhamentos apropriados, a partir da prestação de serviços psicológicos, e fornecer, sempre que solicitado, os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho'.

Uma questão específica: a adaptação transcultural de testes psicológicos. Primeiramente, os mesmos são submetidos aos procedimentos científicos e técnicos já mencionados. Contudo, ponto central é a equivalência entre culturas diferentes naquilo que o instrumento propõe medir. Afinal, culturas distintas significam sujeitos, relações, comportamentos, modo de ser e agir assimétricos. Logo, é desafiante, mas possível com a devida atenção à validade e à precisão.

Entre os motivos vantajosos para a adaptação dos testes ao contexto brasileiro em vez da construção de outros estão: a economia de tempo e de recursos financeiros, a possibilidade de comparação de estudos entre grupos de várias culturas e diferentes linguagens e o alcance na equidade de avaliação, em termos de métodos e de comparabilidade entre os escores (HAMBLETON, 2005 *apud* MANZI-OLIVEIRA, 2011).

Além disso, Werlang, Vilemor-Amaral, Nascimento (2010) destacam a inexistência de instrumentos de avaliação nacionais com foco em construtos específicos de interesse dos pesquisadores e, obviamente, a não-aplicabilidade dos mesmos à população brasileira. Neste prisma, a recomendação do Conselho Federal de Psicologia é de que seja levada em consideração a segurança no uso do teste, de modo a garantir a legitimidade e a cientificidade dos dados obtidos.

Diante do apresentado, o bom uso dos testes como auxílio ao processo de avaliação psicológica refere-se a instrumentos aptos, usado por profissionais críticos, atualizados, competentes e hábeis, além de éticos e finalidade suficiente. Somente assim, aqueles estarão a serviço da ciência psicologia na função de contribuir com mudanças e autoconhecimento por parte do ser humano em construção. Então, a técnica tem seu lugar, não se confundindo ao método; e o profissional que a usa necessita de contínua formação para além da orientação do saber técnico. Sobre isso, elucidaremos melhor a seguir.

5 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: AVANÇOS E DESAFIOS

A credibilidade profissional no processo avaliativo decorre da formação acadêmica e contínua atualização. Formação, etimologicamente, soa negativo, pois enquadra um rigor padronizado. Este evidencia a dimensão do sistema formativo, enquanto o sujeito permanece passivo. Melhor pensarmos em “formar-se”, cujo pronome reflexivo mostra a responsabilidade do sujeito, que trilha um caminho de escolhas frente às possibilidades sistêmicas. Ademais, este movimento corresponde ao aprendizado do conhecimento e do pensamento; aprendizado da ação; aprendizado da relação; aprendizado da existência cultural e transcendente de acordo com Libânio (2002). Dessa maneira, ocorre a formação integrada e crítica, a que Morin (2000) denomina “cabeça bem-feita”. De fato, na era da informação frenética, o risco do somatório de conhecimentos fragmentados é real.

Uma “cabeça bem-feita” significa, em vez de acumular o saber, dispor de tempo para colocar e tratar os problemas; e princípios organizadores que permitam ligar os saberes e lhes dar sentido, segundo o mesmo autor. O filósofo Montaigne dizia: “mais vale uma cabeça bem-feita que bem cheia”. Não basta um psicólogo com saber técnico acumulado; é preciso que este atue com competências e habilidades para fins de saúde psíquica, já afirmavam Chiodi e Wechsler (2008). O psicólogo, atuando em várias áreas como avaliador do movimento psíquico, deve ser perito em humanização!

Segundo Bitencourt (2001), a ideia de competência é entendida como a capacidade do indivíduo em combinar e mobilizar recursos internos e externos, associados às suas habilidades e conhecimento prévio, além da possibilidade de colocá-los em prática. Portanto, o empenho teórico-prático do graduando ou profissional, como sua constante prática, treinamento, supervisão são elementos essenciais de qualificação.

O aprimoramento profissional tem duas grandes vertentes desafiadoras de aprendizagem. Por um lado, a formação de base própria da academia, a graduação em psicologia. De outro lado, a formação continuada dos profissionais que, há algum tempo, estão no mercado de trabalho.

O cenário acadêmico, de forma geral, revela uma diminuição de disciplinas e carga horária para a área de avaliação psicológica. Disciplinas que compõem o arcabouço da área, as quais deveriam ser contempladas na grade curricular de psicologia: estatística, psicométrica, técnicas de exame psicológico (TEP), avaliação psicológica e psicodiagnóstico. Vivemos numa sociedade em que a economia é, mundialmente, onipotente. Neste sistema, equilibrar quantidade com qualidade é complexo. Os graduandos, gerações atuais, são marcados pelo imediatismo, domínio da tecnologia, lei do menor esforço, por exemplos, o que desafia sobremaneira o corpo docente focado na formação de competências e habilidades. Neste viés, como garantir qualificação profissional em avaliação psicológica aos novos psicólogos?

Uma delas seria a exigência de um título de especialista para que os psicólogos possam exercer essa atividade. Esse especialista deverá ter uma formação complementar voltada para a avaliação psicológica, que seja não apenas teórica, mas embasada na prática em diversos contextos, de modo a

garantir uma atuação competente e confiável no uso dos testes e na realização de avaliações. Outra possibilidade seria criar um exame que o profissional realizaria após a conclusão de seu curso para obter o registro profissional no Conselho... Outra forma seria aumentar a duração dos cursos de graduação para que os alunos tivessem a possibilidade de ampliar seus conhecimentos.. Outra opção seria criar um sistema similar ao norte-americano em que existem três níveis de qualificação para o uso dos testes (Moreland e cols., 1995), sendo que o portador do diploma de psicólogo só teria acesso ao nível mais baixo, que corresponderia aos testes objetivos com menor dificuldade para aplicação, avaliação e interpretação, enquanto para os outros níveis seria necessária uma especialização. (ALVES, 2009, p. 235-236)

Já com relação ao corpo docente nesta área, Alchieri e Bandeira (2002) relatam que o ensino é amparado na sequência dos inúmeros testes repassados pelos professores, em sucessivos semestres, cuja ênfase é a aplicação e a correção, desconsiderando a identificação das condições de uso ou limitação dos testes a ensinar, sendo o critério de escolha relegado à frequência de utilização pela comunidade docente. Esta opção, pois, prioriza a quantidade de testes. Todavia, uma visão crítica da qualidade e limitação, assim como aprofundamento do fundamento teórico dos testes são pouco considerados, a não ser que o graduando se empenhe nesta direção.

Frente a essas limitações no currículo universitário, várias pesquisas apontam as seguintes sugestões: maior aprofundamento teórico sobre a prática; qualidade do ensino da técnica em detrimento da quantidade do ensino de testes; compreensão dos limites e alcances das técnicas; mudanças no currículo; estabelecimento de conteúdos básicos que devam ser trabalhados na graduação; dentre outras (JACQUEMIN, 1995; CFP, 2000; LIMA, 2001; ALCHIERI, BANDEIRA, 2002; HUTZ, BANDEIRA, 2003; NORONHA; ALCHIERI, 2002; NORONHA, ALCHIERI, 2004; PADILHA, NORONHA, FAGAN, 2007).

Hutz (2009), no que tange aos profissionais que estão no mercado há mais tempo, afirma que o ideal seria que houvesse cursos que ensinassem ou aprimorassem seu conhecimento quanto à adequada manipulação dos instrumentos psicológicos, enfatizando quais as propriedades psicométricas que um teste bem construído deve possuir. Isso certamente evitaria diversos problemas inerentes à utilização inadequada dos testes psicológicos. Entretanto, merece atenção do profissional e da classe o constante aprimoramento na área geral de avaliação psicológica.

À guisa de arremate, a qualificação formativa de psicólogos aliada ao desenvolvimento da avaliação psicológica por meio de métodos, técnicas e instrumentos adequados à realidade brasileira constitui direção futura promissora. Isto considerando a ciência e profissão peculiares do ramo exclusivo do psicólogo. O resultado progressivo deste horizonte é o benefício efetivo às pessoas e a contribuição para melhorar a qualidade de vida das mesmas numa visão de justiça social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação psicológica teve um salto qualitativo e quantitativo no Brasil a partir da década de 80. Os cursos de graduação; centros de pesquisa, desenvolvimento e publicação de pesquisa; normatização e fundamentação de instrumentos; ou mesmo criação destes por pesquisadores brasileiros; além da participação da própria classe através dos Conselhos de Psicologia são algumas causas para o efeito em questão.

Existe uma confusão conceitual entre avaliação psicológica em seus meios e fins. Fala-se do processo de avaliação psicológica, mas, na maioria das vezes, discorre-se sobre o instrumento. Ademais, pouco se diz do compromisso social e político da área. Ou seja, existe uma compreensão da avaliação como processo, todavia a prática a começar pelo embasamento teórico parece não sustentar o discurso. Uma hipótese que implica desafio futuro dessa área é a diversidade de visões entre a classe de psicólogos e a dificuldade de respeitá-la de forma integradora: sem divisões internas que desvalorizem a profissão no seu campo exclusivo de atuação.

Outro movimento que chama a atenção está na formação do futuro psicólogo que atuará na área em diversos contextos e formas. Existe um movimento atual de redução das disciplinas e carga horária dos cursos. A formação continuada do profissional nesta área ainda apresenta lacunas. Outro risco e desafio implicado.

Além de tudo isso, lembramos que realizar um processo implica início, meio e fim. A avaliação psicológica é enfatizada pela entrevista inicial, escolha e uso assertivo dos instrumentos. Requer atenção especial, no caso do uso de testes na área de trânsito, jurídica, processo seletivo, por exemplos, em vista, especificamente, a formas tecnológicas ou uso em série como possível banalização do instrumento e resultados de massa. Se perdermos a referência do humano para a coisificação, perdemos o núcleo diferencial da profissão! E o que dizer do profissional psicólogo nesse caso?

Entretanto, a finalização do processo parece ainda falho. Lembra-se que avaliar psicologicamente engloba, às vezes, na decisão de tratamento, de aprovação ou reprovação, de continuidade ou ruptura, de vias de documentos psicológicos, de decisão que leva à mudança no estilo de vida do sujeito, entre outros tantos. Desse modo, a devolutiva ao sujeito e implicações afins tem igual importância ético-moral. Pensa-se, implicitamente, nessa questão na postura do profissional enquanto relação de saber e poder. E daí os riscos de rotular, marcar pessoa em vez de colaborar para processos de cuidado para o bem estar psicossocial, o que é o norte de qualquer psicólogo.

REFERÊNCIAS

ALCHIERI; João Carlos (org.). *Avaliação Psicológica: perspectivas e contextos*. São Paulo: Vetor, 2007.

ALCHIERI, J. C.; Bandeira, D. R.. Ensino da Avaliação Psicológica no Brasil. In: PRIMI, R. (Org.), *Temas em Avaliação Psicológica*. Campinas: Impressão Digital do Brasil Gráfica e Editora Ltda, 2002.p.11-22.

ALCHIERI, J. C.; CRUZ, R. M. *Avaliação psicológica: conceitos, métodos e instrumentos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. (Coleção temas em avaliação psicológica).

ALVES, I. C. B.; ALCHIERI, J.C.; MARQUES, K. C. As técnicas de exame psicológico ensinadas nos cursos de graduação de acordo com os professores. *Psico-USF*, 7 (1), 2001, p. 77-88.

ALVES, I. C. B. Avanços e polêmicas em avaliação psicológica. In: HUTZ; Claudio Simon (org.). *Avanços e polêmicas em avaliação psicológica: em homenagem a Jurema Alcides Cunha*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, cap. 9, p, 217-241.

AMBIEL, R. A. M.; PACANARO, S. V. Da testagem à avaliação psicológica: aspectos históricos e perspectivas futuras. In: AMBIEL; Rodolfo A. M. *et. al. Avaliação Psicológica: guia de consulta para estudantes e profissionais de psicologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, cap. 1, p.11-27.

ANASTASI, A.; URBINA, S. *Testagem Psicológica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BITENCOURT, C. C. *A gestão de competências gerenciais: a contribuição da aprendizagem organizacional*. 2001. Tese (doutorado em administração), Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

CHIODI, M.G.; WECHSLER, S.M. Avaliação Psicológica: contribuições brasileiras. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, ano XXVIII, n.2, p. 197-210, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Avaliação Psicológica: Diretrizes na Regulamentação da Profissão*. CFP: Brasília, 2010. Disponível em http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/09/avaliacao_psicologica_web_30-08-10.pdf, acessado em 28 jun. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional*. Brasília, 2005. Disponível em http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf, acessado em 16 jul. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *I Fórum Nacional de Avaliação Psicológica – propostas encaminhadas para os conselhos federal e regional de Psicologia*. Brasília: CFP, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução 001/2002*. Recuperado em 20 de agosto de 2013, de <http://pol.org.br>. 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução n. 002/2003* Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP

nº 025/2001. Brasília, 2003. Disponível em http://www2.pol.org.br/satepsi/CD_testes/pdf/Resolu%E7%E3o%20CFP%20n%BA%20002-03%20-%20sem%20anexo.pdf, acessado em 08 jul. 2013.

CRUZ, R. M. O processo de conhecer em avaliação psicológica. In: CRUZ, R. M.; ALCHIERI, J. C.; SARDA JÚNIOR, J. J. (orgs.). *Avaliação e Medidas Psicológicas: produção do conhecimento e da intervenção profissional*. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2002.

ESTRELA, N. M. C. *Avaliação Psicológica*. 23 mar. 2006. Disponível em: <http://www.crp11.org.br/oktiva.net/1310/nota/16259/> Acessado em 25 jul. 2013.

GOMES, W.B. Pesquisa e práticas em Psicologia no Brasil. In: O. H. Yamamoto; V. V. Gouveia (orgs.). *Construindo a Psicologia Brasileira: desafios da ciência e prática psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 23-59.

JACQUEMIN, A.. Ensino e Pesquisa sobre Testes Psicológicos. *Boletim de Psicologia*, XLV, 102, 1995, 19-21.

HAMBLETON, R. K. Issues, designs, and technical guidelines for adapting test into multiple languages and cultures. In: R. K. Hambleton, P. F. Merenda; C. C. Spielberger. *Adapting educational and psychological tests for cross-cultural assessment*. Londres, LEA, 2005. p. 3-38.

HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R.. Avaliação Psicológica no Brasil: situação atual e desafios para o futuro. In: O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (orgs.). *Construindo a psicologia brasileira: desafios da ciência e prática psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 261-275

HUTZ; Claudio Simon (org.). *Avanços e polêmicas em avaliação psicológica: em homenagem a Jurema Alcides Cunha*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

LIBANIO, J. B. *A arte de formar-se*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

LIMA, R. A. de. O reflexo das atividades práticas no processo ensino-aprendizagem das técnicas de exame psicológico. *Psicologia: Teoria e Prática*, 3 (2), 2001, p. 55-69.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MANZI-OLIVEIRA, A.B. Adaptação transcultural de instrumentos de avaliação psicológica: levantamento dos estudos realizados no Brasil de 2000 a 2010. *Psico-USF*, v. 16, n.3, p. 367-381, set./dez. 2011.

MARCOLINO, J. A. M.; COLEN, C.. Sobre a correlação entre a bioética e a psicologia médica. *Revista da Associação Médica Brasileira*, 54(4), 2008, p. 363-368.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MORELAND, K. L. *et. al.* Assessment of test user qualifications: a research-based measurement procedure. *American Psychologist*, 50, 1, 1995, p. 14-23.

NORONHA, A.P.; ALCHIERI, J.C. Reflexões sobre os instrumentos de Avaliação Psicológica. In: R. Primi (org.), *Temas em Avaliação Psicológica*. Campinas: Imprensa Digital do Brasil, IBAP, 2002, p. 7-16

NORONHA, A. P. P.; ALCHIERI, J. C.. Conhecimento em Avaliação Psicológica. *Estudos de Psicologia*, 21(1), 2004, p. 43-52.

OAKLAND, T. Ethics on assessment: International perspectives. [Conferência]. In: 5 Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica. São Paulo: IBAP, 2009.

PACANARO, S. V. *et. al.* Panorama atual dos testes psicológicos no Brasil de 2003 a 2011. In: AMBIEL; Rodolfo A. M. *et. al.* *Avaliação Psicológica: guia de consulta para estudantes e profissionais de psicologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, cap. 1, p.11-27.

PADILHA, S.; NORONHA, A.P.P.; FAGAN, C.Z. Instrumentos de Avaliação Psicológica: uso e parecer de psicólogos. *Avaliação Psicológica*, 6 (1), p. 69-76, 2007.

PASQUALI, L. *Psicometria: teoria e aplicações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

PASQUALI, L. Histórico dos Instrumentos Psicológicos. In: L. Pasquali (org.). *Instrumentos Psicológicos: manual prático de avaliação*. Brasília: LabPam/IBAP, 1999.

PASQUALI, L; ALCHIERI, J.C. Os testes psicológicos no Brasil. In: L. Pasquali (org.). *Técnicas de Exame Psicológico – TEP: fundamentos de técnicas psicológicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 195-221.

PELLINI, M. C. B. M.; SÁ LEME, I. F. A. A ética no uso de testes no processo de avaliação psicológica. In: AMBIEL; Rodolfo A. M. *et. al.* *Avaliação Psicológica: guia de consulta para estudantes e profissionais de psicologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, cap. 7, p.163-181.

PRIMI, R.; FLORES-MENDOZA, C.E.; CASTILHO, A.V. Estudo exploratório das propriedades psicométricas do Teste de Raven Escala Avançada Informatizado. *Boletim de Psicologia*, 48, 1998, p. 67-75.

PRIMI, R. Inteligência: avanços nos modelos teóricos e nos instrumentos de medida. *Avaliação Psicológica*, 2, 2003, p. 67-77.

PRIMI, Ricardo; BAUMGARTL, Viviane O. *Contribuições da Avaliação Psicológica no Contexto Organizacional: um estudo com BPR-5, BFM-1 e o PMK*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

PRIMI, Ricardo. Avaliação Psicológica no Brasil: fundamentos, situação atual e direções para o futuro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, número especial, v. 56, p. 25-35, 2010.

ROGERS, J. L. The epistemology of mathematical and statistical modeling: a quiet methodological revolution. *American Psychologist*, 65, p. 1-12.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 2002.

SASS, O. O lugar da avaliação psicológica. In: M. C. B. M. Pellini, *Avaliação psicológica para porte de arma de fogo: contribuições da prova de Rorschach*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

SIMÕES, M.R.; ALMEIDA, L.S.; GONÇALVES, M.M. Testes e Provas Psicológicas em Portugal: roteiro de algumas questões que atravessam a utilização de instrumentos de/na Avaliação Psicológica. In: M. R. Simões, M. M. Gonçalves; L. S. Almeida (orgs.). *Testes e Provas Psicológicas em Portugal*. Vol. 2. Braga: Sistemas Humanos e Organizacionais, 1999.

TAVARES, Marcelo. Considerações Preliminares à Condução de uma Avaliação Psicológica. *Avaliação Psicológica*. Brasília: UnB, 11 (3), p. 321-334, 2012.

WESCHSLER, S. M. Guia de procedimentos éticos para a avaliação psicológica. In: S. M. Weschsler; Guzzo (orgs.), *Avaliação Psicológica: perspectiva internacional*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 133-141.

WESCHSLER, S. M. Princípios éticos e deontológicos na Avaliação Psicológica. In: L. Pasquali (org.) *Técnicas de Exame Psicológico – TEP: fundamentos das técnicas de exame Psicológico*. São Paulo: Casa do Psicólogo / Conselho Federal de Psicologia, 2001, (1) 171-193.

WERLNANG, B. S. G.; VILLEMOR-AMARAL, A. E.; NASCIMENTO, R. S. G. F.. Avaliação psicológica, testes e possibilidades de uso. In: Conselho Federal de Psicologia. (Org.). *Avaliação psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2010. p. 87-100.